



OS PARTIDOS BRASILEIROS ESTÃO EM FRANGALHOS. ABANDONARAM SUAS RAZÕES IDEOLÓGICAS E CAÍRAM DE CABEÇA NO MERCADO DOS BENS ECONÔMICOS.



NESSA INVERSÃO DE PA-PÉIS, PERDERAM SUA RAZÃO DE SER. NÃO TÊM DISCURSO, NÃO TÊM IDEOLOGIA. COM ISSO, PERDEMOS OS GRANDES ORADORES. PERDEMOS OS IDEAIS.



A POUCOS MESES DE ELEGERMOS OS CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, GOVERNADORES, SENADORES E DEPUTADOS FEDERAIS, O CENÁRIO É DE ESCÂNDALOS.



NÃO SOBRA UMA SIGLA SEM MANCHA, UM PARTIDO SEM MÁCULA. ESTÃO TODOS NIVELADOS POR BAIXO.



**PARTIDOS EM FRANGALHOS** Os partidos brasileiros estão em frangalhos. Abandonaram suas razões ideológicas e caíram de cabeça no mercado dos bens econômicos. Viraram mercadoria. Nessa inversão de papéis, perderam sua razão de ser. Não têm discurso, não têm ideologia. Com isso, perdemos os grandes oradores. Perdemos os ideais. A poucos meses de elegermos os candidatos à presidência da República, governadores, senadores e deputados federais, o cenário é de escândalos. Não sobra uma sigla sem mancha, um partido sem mácula. Estão todos nivelados por baixo.

**FINANCIAMENTO DE CAMPANHA** Em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo (20/12/2009), o presidente eleito do PT, José Eduardo Dutra, responsabiliza o modelo de financiamento de campanha em vigor como sendo o fiel de todos os males. Ele afirma que "(...) em toda eleição há risco de caixa 2... É inerente ao modelo". Dutra acredita que o financiamento público de campanha seria a melhor maneira de conter os escândalos. Para José Eduardo, as regras de financiamento eleitoral no Brasil estão esgotadas. Ele diz ainda que o modelo "(...) é um indutor de ações irregulares e ilegais".

**RELAÇÃO HIPÓCRITA** Na visão de José Eduardo Dutra, "(...) a empresa que opta por financiamento legalmente é execrada porque financiou o partido A, B ou C, ou porque tem contrato com um determinado governo (...) essas empresas não podem doar e ao mesmo tempo não podem ter caixa 2 (...) então, como é que querem que faça campanha?". Para Dutra, fora do financiamento público, "(...) a gente vai continuar eternamente nessa relação hipócrita".

**CAIXA 2** Para o novo presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, Walter de Almeida Guilherme, caixa 2 é geral no Brasil, não só na eleição. Com a experiência de 20 anos no Ministério Público e 20 anos na magistratura, Almeida Guilherme indigna-se com o caixa 2 de políticos, prática que classifica nefasta, assim como o abuso de poder econômico e o uso da máquina pública. Ele é favorável à delação premiada, no cerco à contabilidade oculta, da qual candidatos lançam mão para driblar a vigilância judicial.

**COMO APURAR?** Em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo (14/02/2010), o atual presidente do TRE de São Paulo reafirma que

a delação premiada foi o instrumento eficaz no combate à máfia, que, segundo ele, só passou a ser condenada depois que alguém lá de dentro revelou. Ele diz ainda que "o caixa 2 não existe só na eleição... Eliminá-lo, não acredito... Mas é obrigação minimizar o quanto for possível... O problema é a dificuldade de apurar".

**PROVAS** Segundo Almeida Guilherme, "o ideal é que a doação apareça imediatamente nos registros, com identificação do doador. Se ele faz doação e não declara, fica muito difícil identificar... É a mesma coisa nos crimes de corrupção... Os dois estão de acordo... O corruptor e o corrupto, nenhum deles vai dar subsídio para a Justiça agir... E a Justiça só age com provas e a prova do caixa 2 é difícil. A menos que um deles rompa o pacto".

**CREDIBILIDADE** O presidente do TRE de São Paulo diz que a Justiça vive de provas. Ele fala também que: "a prova documental de caixa 2, naturalmente não existe... Além disso, a prova testemunhal vem sempre com aquele problema da credibilidade, sobretudo no ano eleitoral... Percebe-se, muitas vezes, que a testemunha que acusa é do partido contrário derrotado".

**CORRUPÇÃO** Em dezembro passado, o jornal O Globo organizou o debate sobre corrupção. Entre os debatedores estavam o especialista no assunto Cláudio Abramo e a socióloga Maria Aparecida Fenizola. Na visão de Abramo, "(...) a corrupção é uma dimensão da ineficiência do Estado (...) ela não pode ser reduzida a uma questão moral (...) ela só será combatida quando mexermos nas leis e combatermos certos vícios da administração pública". Para a socióloga Maria Aparecida Fenizola, a corrupção não aumentou, "(...) ela ficou mais transparente e nós, mais informados".

**ESCÂNDALOS** Na dança dos fatos, versões e "grampos", ficam as imagens chocantes. No campo da Justiça, intensificam-se as buscas de provas, a montagem do inquérito e aplicação das leis. No meio político, vêm à tona os discursos éticos, as bandeiras da cidadania e o desejo de construir uma imagem de "vestal". Para a sociedade, fica o sentimento de impunidade, uma grande desconfiança sobre os fatos narrados e a certeza de que a política não vale a pena. Nos bastidores do poder multiplicam-se as chantagens, as ameaças e a extorsão.